

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AVE CDE de Informática S/A – a “Empresa” - possui sede em Caxias do Sul, tem por objetivo social principal desenvolvimento de programas de computador sob encomenda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores da Empresa em reunião realizada, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria mantidos até o vencimento. O balanço patrimonial já contempla as contas de caixa e bancos individualizadas.

3.2 Uso de estimativas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil tem como pressuposto que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisões para devedores duvidosos, estoques, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros em geral etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3.3 Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

3.4 Ajustes a valor presente

Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante.

3.5 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Empresa utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. No decorrer do período não foram calculadas e contabilizadas as depreciações correspondentes, não ocasionando desta forma redução no resultado da empresa. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.6 Valor recuperável de ativos

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Empresa optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no período em curso, e calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Empresa pelo regime de competência.

3.8 Reconhecimento das receitas

A receita de venda de produtos está apresentada líquida após a dedução dos impostos incidentes sobre a totalidade. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Empresa não detém mais controle ou responsabilidade sobre o serviço prestado; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

4. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O Capital Social compõe-se de 100.000,00 (cem mil) quotas pertencentes a quotistas residentes e domiciliados no país. No decorrer do exercício a empresa apresentou prejuízo, o qual foi acrescentado à conta de prejuízos acumulados.